

“Aumentou a concentração de renda”

por Cynthia Malta
de São Paulo

Desde 1965, o “brasilianist” e professor de economia da Universidade da Califórnia, Albert Fishlow, acompanha a evolução da economia brasileira. Nesses 26 anos, Fishlow esforçou-se para não profetizar previsões catastrofistas sobre o futuro do Brasil, lançando mão de uma dose generosa de otimismo. Hoje, porém, ele começa a mostrar um certo descontentamento com a situação econômica do País.

“Eu sou otimista. Mas, depois de tantos anos, eu já não consigo mais entender por que o Brasil não consegue resolver a sua crise”, comentou o economista ontem em São Paulo, após reunir-se por três dias com especialistas em economia internacional para discutir, entre outros assuntos, a situação brasileira. Em sua opinião, a crise brasileira agravou-se sensivelmente nos últimos seis anos, com efeitos negativos sobre a distribuição de renda do País.

Nas décadas de 60, quando Fishlow iniciava seus estudos sobre o Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apresentava o seguinte quadro da concentração de

renda nacional: 50% da população mais pobre, recebendo de um a dois salários mínimos, detinha 17,4% da renda nacional e 1% dos mais ricos ficava com 11,9%. Passados trinta anos, mais precisamente em 1990, a situação é a seguinte: 50% dos mais pobres estão com 11,2% da renda e 1% dos mais ricos, com 14,6%.

“Infelizmente, depois de tanto tempo, vejo que a distribuição de renda no Brasil piorou”, disse Fishlow, que aprofundou seus contatos com o País durante os anos de 1974 a 1977, quando foi, assessor no Departamento de Estado para o governo Ford. De lá para cá, ele tem-se dedicado a ensinar teoria econômica na Universidade de Yale e, mais recentemente, na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Fishlow aponta o governo Sarney como ponto de partida para um agravamento da crise econômica brasileira. “O Plano Cruzado não deu certo por que o governo Sarney gastou demais e o Plano Collor falhou porque foi tão drástico o início que teve que ser relaxado.

Dai, o governo começou a perder o controle”, acredita o economista, que desde segunda-feira úl-

tima estava participando do Colóquio Internacional — Integração Econômico Regional — Experiências e Perspectivas, organizado pela Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do governo do Estado de São Paulo.

No encontro, que reuniu cerca de vinte economistas entre brasileiros e estrangeiros, foram discutidas as perspectivas do Mercado Comum do Sul (Mercosul) formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Fishlow tem sérias restrições quanto à viabilidade desse mercado comum. Em sua opinião, o estabelecimento de um cronograma de eliminação de tarifas de importação ad valorem (porcentagem sobre o valor do produto) entre Brasil e Argentina até 1994 “é a parte mais fácil”.

Restam ainda para resolver questões fundamentais como, por exemplo, a harmonização de políticas macroeconômicas. “Agora, é um período feliz entre Brasil e Argentina. Essa aliança, porém pode não durar”, observou o brasileiro. Ele citou a disparidade entre as taxas de câmbio como um dos fatores de perturbação para o aprofundamento dessa aliança.

“Isso para não falar da inflação”.

Fishlow acredita que o governo argentino terá que anunciar uma desvalorização de sua moeda no máximo daqui a seis meses. “A moeda está sobrevalorizada e o déficit público está aumentando. Em pouco tempo, o governo não terá mais como financiar esse rombo”, prevê ele. Nesse meio tempo, os produtos brasileiros exportados para aquele mercado poderão ganhar competitividade e a balança comercial poderá ficar mais favorável ao Brasil.

O embaixador Rubens Barbosa, chefe do Departamento de Integração Econômica Regional do Ministério das Relações Exteriores, também estava participando do encontro de ontem e discordou de Fishlow. Para o embaixador, que estará na próxima semana em Brasília encontrando-se com seus colegas argentinos, paraguaios e uruguaios para discutir assuntos relativos ao Mercosul, “as negociações nunca estiveram tão sólidas”.

Ele citou o acordo sobre as salvaguardas nucleares negociado com a Argentina como exemplo de progresso nas relações do Mercosul.